

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO.

Carlos Soares Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Eixo 9 Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional

Historicamente, a educação básica de jovens e adultos (EJA) – compreendida como uma educação pública, gratuita, laica, universal e com padrão unitário de qualidade – tem sido marcada pela falta de compromisso político por parte do poder público. Se tomarmos como base a análise das políticas públicas em vigor nos últimos anos, percebemos que as reformas constitucionais implementadas na década de 1990 complementaram o movimento de reforçar a EJA como uma educação de segunda classe (SAVIANI, 1997).

A constituição de uma nova identidade vem despertando a atenção de muitos pesquisadores de diversos centros de produção do conhecimento do país. Revisando a literatura percebe-se, porém, que alguns dos seus aspectos despertam maior interesse dos pesquisadores, como a alfabetização de adultos e a questão da formação de professores. Outras linhas de investigação cruciais como a atuação das organizações da sociedade civil no campo da educação de jovens e adultos têm sido objeto secundário de estudos. Com o objetivo de contribuir para a ampliação do conhecimento ao privilegiar um recorte até então pouco aprofundado nas pesquisas científicas e servir como mais um instrumento de avaliação das políticas públicas em execução no campo da educação profissional e de jovens e adultos, problematizando a temática do trabalho da juventude em um contexto capitalista dependente, o estudo **tem como objeto a formação do jovem trabalhador** realizada nos anos de 2007 e 2008, **em três Organizações Não-Governamentais (ONGs) do Rio de Janeiro, participantes do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)/ Consórcio Social da Juventude (CSJ).**

Segundo os documentos oficiais (BRASIL, MTE, TERMO DE REFERÊNCIA, 2003), a finalidade do PNPE/CSJ é promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens de 16 a 24 anos, com prioridade àqueles que em virtude de suas condições sócio-econômicas têm maior dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho, com destaque para quilombolas e afros-descendentes, indígenas, egressos de unidades sócio-educativas, em conflito com a lei, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais e jovens mães. No Rio de

Janeiro, em 2007, foi executada sua quarta etapa, cuja meta foi qualificar 2000 jovens e inserir 600 no mercado de trabalho. Para isso, através de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 17 Organizações Não-Governamentais (ONGs) foram selecionadas, recebendo em torno de 100 mil reais cada uma para a realização dos cursos de qualificação durante cinco meses. Por tratar-se de uma política de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil, o estudo problematiza os conceitos de sociedade civil, esfera pública não-estatal e parceria público-privado, além de refletir sobre as novas estratégias de dominação e de governabilidade por meio dos marcos ideológicos do capital social, assim como a atuação das ONGs no campo educacional e seus vínculos com a política neoliberal.

A situação-problema é contextualizada tendo em vista as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, evidenciando a precarização dos trabalhadores, bem como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho dos jovens das camadas populares. Ressalta a continuidade das políticas de EJA e da Educação profissional pelo governo Lula da Silva, apesar da substituição, em 2003, do Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores (PLANFOR), vigente no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), e da edição do Decreto 5154/04, em substituição ao Decreto 2208/97.

Neste sentido, tendo em vista as (1) redefinições das funções do Estado, tanto para obtenção de resultados favoráveis as atividades econômicas, como para criar políticas de ajuste, adaptação e controle sociais necessários à nova ordem global; (2) o papel educativo da sociedade civil para a produção de capital social, diante da necessidade de elevar a consciência cívica e solidária da população dos países dependentes com vistas a atenuar as dificuldades sociais impostas pela globalização neoliberal; (3) as dificuldades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, em face do estreitamento e volatilidade do mercado, das extremas exigências de qualificações profissionais e do excedente de mão-de-obra pouco escolarizada e qualificada; e (4) o descompromisso público com uma educação voltada para a formação integral de pessoas jovens e adultas, o objetivo deste estudo é: (a) identificar os objetivos do PNPE/CSJ e avaliar seus nexos com a situação do trabalho da classe trabalhadora jovem; (b) **examinar** as concepções que as organizações pesquisadas têm sobre a qualificação profissional; (c) analisar as políticas para a educação de jovens das classes trabalhadoras empreendidas pelo Estado, enfatizando a relação

público x privado/governabilidade; e (d) perceber em que medida essas ações contribuem para a geração de trabalho e renda e **melhores condições de** exercício da cidadania dos jovens.

Com abordagem qualitativa e inserida no paradigma da Teoria Crítico-Social, a pesquisa fundamenta-se nos teóricos que problematizam a relação “trabalho e educação” na perspectiva da racionalidade emancipatória, baseadas nas idéias de Marx e Gramsci e articuladas com autores contemporâneos, como Saviani, Frigotto, Mézaros, Kuenzer, Leher, entre outros. Utiliza como instrumentos de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as coordenadoras, e grupos focais, realizados com os jovens, inclusive egressos.

Com base na análise crítica do discurso, considerando os aportes teóricos de Fairclough, os resultados indicaram que as ações de qualificação profissional conduzem-se para o encaminhamento dos jovens aos trabalhos precários, responsabilizando-os pela não inserção no mercado de trabalho formal, além de estimulá-los ao empreendedorismo, apresentado como “a” alternativa viável de inserção. Fundamentadas pela perspectiva da Teoria do Capital Humano e do Capital Social, mais do que assegurar “competências” para potencializar a competitividade, essas ações aligeiradas e fragmentadas têm como objetivo central o desenvolvimento nos sujeitos de “competências” atitudinais e comportamentais a fim de construir uma sociabilidade adequada para operar dentro da fábrica e na sociedade; sociabilidade esta, que os torne capazes de adaptar-se a sociedade do não emprego, **conformar-se** com contratos de trabalho por tempo determinado e **em** viver na precariedade, no estado permanente de exceção, cumprindo o PNPE/ CSJ a função reservada às políticas focalizadas de alívio à pobreza, de contenção da questão social e garantia da governabilidade.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Programa Nacional de Estímulo ao primeiro Emprego (PNPE).

Referências:

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Termo de Referência, 2003;
SAVIANNI, D. A Nova LDB: limites e perspectivas. In: A Nova lei da Educação: trajetórias, limites e perspectiva, 3ª ed, Campinas: Autores Associados, 1997.

